



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 297/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1881/2012 – (35 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM.

4- Exercício: exercício 2011.

5- Responsáveis: Srs. Antônio Ademir Stroski, Diretor-Presidente do IPAAM, e Sra. Idenir de Araújo Rodrigues, ordenadora de Despesas.

6- Unidade Técnica: DICA/AM – Informação nº. 118/2014 (fls. 6984/6985).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 6986 nº 777/2014-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 6986/6988)

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, exercício 2011.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Remeter autos à DICREX. Determinação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregulares a Prestação de Contas do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, exercício de 2011, sob a responsabilidade do Sr. Antônio Ademir Stroski, Diretor-Presidente, e da Sra. Idenir de Araújo Rodrigues, Diretora Administrativa Financeira e Ordenadora de Despesas, nos termos do inciso II do art. 1º e da alínea “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei 2.423/96, em decorrência de graves infrações às normas legais (irregularidades “8.2”, “8.3” e “8.7”);

9.2- Aplicar multa ao Sr. Antônio Ademir Stroski, Diretor-Presidente, e à Sra. Idenir de Araújo Rodrigues, Diretora Administrativa Financeira e Ordenadora de Despesas, no valor de **R\$ 3.289,73** (três mil, duzentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos), para cada um, nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades “8.2”, “8.3” e “8.7”)

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96);

9.4- Remeter os autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos na Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

9.5- Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 297/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.5.1- Aperfeiçoe os controles, quando da emissão do necessário parecer jurídico presente nos processos licitatórios, de forma a contemplar todos os aspectos básicos essenciais e prévios à realização do certame (Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU);

9.5.2- Elabore seus pareceres de forma a contemplar, conforme o caso, os aspectos jurídicos essenciais relacionados à legalidade, legitimidade e economicidade, nos termos do § único do art. 38 da lei 8.666/93 (Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU);

9.5.3- Submeta as minutas de editais de licitação, de instrumentos contratuais e de seus aditivos ao prévio exame e aprovação da assessoria jurídica, conforme preceitua o art. 38, parágrafo único, da Lei no 8.666/1993, incluindo o parecer devidamente assinado no processo correspondente (Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU);

9.5.4- Dê publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração Direta ou Indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexistência de licitação, nos termos do art. 16 da Lei 8.666/93;

9.5.5- Planeje adequadamente as compras e a contratação de serviços durante o exercício financeiro, de forma a evitar a prática de fracionamento de despesas. Acórdão 324/2009 Plenário-TCU;

9.5.6- Zele pelo adequado preenchimento das informações ao sistema ACP, nos termos da Resolução 07/02-TCE, c/c Resolução 10/2012-TCE/AM;

9.5.7- Observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas sustentará o julgamento das Contas pela Irregularidade, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

10- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 13 de maio de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1 – Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador-Geral, em substituição.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ADEMIR CARVALHO PINHEIRO
Procurador-Geral, em substituição